



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

CI Nº 628/2022/SECULT

Para: Procuradoria Geral do Município

Santa Luzia, 25 de outubro de 2022.

**Assunto:** Solicita assessoria jurídica acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Sra. Dra. Procuradora Geral do Município,

Solicito assessoria jurídica<sup>1</sup> acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. A seguir, uma apresentação das normas sobre o tema:

1. Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

2. Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

3. Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.

4. Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das

<sup>1</sup> Lei 4.397/2022, art. 5º Compete à PGM:

I - prestar, consultoria e assessoramento jurídico à Administração Direta, incluída a assistência ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relativos às entidades da Administração Indireta;

comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

5. Em 22 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa INCRA 111/2021 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

6. A dúvida está na aplicação da OIT 169 x IN INCRA 111/2021. Aduz a OIT 169 que:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) **consultar os povos interessados**, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, **cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;**

[...]

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

7. Fundamentada nesta normativa foram editados alguns protocolos de consultas a comunidades quilombolas como o Protocolo de Consultas às Comunidades Quilombolas do Paraná<sup>2</sup>, Protocolo de Consulta - Quilombos de Gíria de São Lourenço<sup>3</sup> e Protocolo de Consultas Quilombola<sup>4</sup>.

8. Em todos os casos, as comunidades afetadas participaram da elaboração do documento e, em cada caso, é definida pela própria comunidade o rito procedimental de consulta a que faz referência o art.6 da OIT 169.

9. Entretanto, no entendimento dos técnicos desta secretaria, os arts. 7º e 8º da IN INCRA 111/2021 **avoca prerrogativas das comunidades afetadas**. A seguir, a transcrição dos arts. mencionados:

Art. 7º Identificada terra quilombola na Área de Influência Direta - AID do empreendimento, o Incra, sob

<sup>2</sup> Fonte: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/comunidades/Protocolo-quilombola-parana.pdf>

<sup>3</sup> Fonte: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/qcsubsites/upload/94/ACOQUIGSAL%20-%20Protocolo%20de%20Consulta%20Oficial.pdf>

<sup>4</sup> Fonte: [https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha\\_Direito\\_Consulta\\_WEB.pdf](https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha_Direito_Consulta_WEB.pdf)



orientação do órgão licenciador, estabelecerá contato com os integrantes da comunidade a fim de organizar as oitivas.

Art. 8º Adotadas todas as providências visando à realização de oitiva das comunidades quilombolas e esta não se efetivar por motivos alheios à responsabilidade da Autarquia ou do empreendedor, o Incra manifestar-se-á com relação aos produtos apresentados, registrando a ausência de oitiva

10. Destaca-se que a manifestação do INCRA, nos termo da IN INCRA 111/2021 ocorrerá apenas para os casos listados no art. 2º, que são:

Art. 2º [...]

I - localizados nas terras quilombolas a que se refere o inciso XIII do art. 2º da Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, de 24 de março de 2015; e

II - que possam ocasionar impacto socioambiental, econômico e cultural direto, nas áreas mencionadas no inciso I, considerados os limites estabelecidos pelo Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, de 24 de março de 2015.

11. Sobre a Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, citado no fragmento acima transcrito, convém transcrever os excertos abaixo:

Art. 2o Para os fins desta Portaria entende-se por:

[...]

IX - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID -documento que identifica e delimita o território quilombola a partir de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, conforme disposto em Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA

XIII - **terra quilombola**: área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, **que tenha sido reconhecida por RTID devidamente publicado.**

Art. 3o No início do procedimento de licenciamento ambiental, o IBAMA deverá, na FCA, solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária

[...]

II -em terra quilombola, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em **terra quilombola** ou apresentar elementos

que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra quilombola, respeitados os limites do Anexo I


A questão jurídica acima descrita se relaciona com os seguintes casos concretos:

- I) Emissão de documentos autorizativos no entorno do Cemitério dos Escravos, espaço utilizado para práticas religiosas da comunidade de Pinhões e que teve o Dossiê de Tombamento inscrito no Livro de Tombo sob número de ordem CCXXIII em 04 de Novembro de 2008
- II) Aprovação da alteração do Plano Diretor uma vez que haverá alteração de parâmetros urbanísticos e edílios em todos os quilombos situados em Santa Luzia, além dos espaços por eles utilizados.

Abaixo, algumas dúvidas:

- a) O município pode (ou deve) adotar o conceito de terra quilombola, antes da titulação pelo INCRA, disposta no inciso XIII do art. 2º da Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015 ?
- b) A comunidade quilombola de Pinhões, reconhecida como autodefinida como remanescente de quilombo, nos termos da Portaria da Fundação Palmares 134/2017, está em processo de titulação fundiária no INCRA (SEI INCRA 54170.004814/2017-47). Esta comunidade tem legitimidade jurídica para reivindicar a aplicação da consulta prévia disposta nos arts. 6º e 7º da Convenção OIT 169, considerando o que colocam especialmente os arts. 1º, 3º, 6º, 18 do Decreto 4887/03?
- b.1. Caso a resposta do item anterior seja positiva, deverá ser elaborado um Protocolo de Consultas, como nos exemplos citados?
- b.2. Caso a resposta do item anterior seja positiva, pode alguma organização da sociedade civil atuar como interlocutora entre o Executivo e a comunidade afetada?

Atenciosamente,

  
JOANA MARIA TEIXEIRA COELHO MORAIS  
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Joana Maria Coelho  
Matrícula: 35501  
Secretaria Municipal de Cultura  
e Turismo de Santa Luzia MG